

## Notificação – Comparecimento à Audiência de Julgamento

**Processo:** 1234/2026 – Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais – Menor de 8 anos

**Autor/Requerente:** Maria da Conceição Silva, residente em Rua das Flores, n.º 45, 1.º Dto., 1150-154 Lisboa, NIF 213 456 789

**Réu/Requerido:** José António Pereira, residente em Avenida da República, n.º 220, 3.º Esq., 4200-123 Porto, NIF 987 654 321

### Mandatários:

- **Dr.ª Ana Sofia Martins**, Ordem dos Advogados n.º 12345, escritório em Rua de São Bento, n.º 12, 2.º Esq., 1200-365 Lisboa.

- **Dr. Luís Fernando Carvalho**, Ordem dos Advogados n.º 67890, escritório em Avenida da Liberdade, n.º 250, 4.º Esq., 1250-140 Lisboa.

**Juiz de Direito:** Juiz da Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa

### 1. Objeto da Notificação

Conforme disposto no artigo 219.º do Código de Processo Civil, **notifica-se** a parte autora, a parte ré e os seus respectivos mandatários para que compareçam à **Audiência de Julgamento** a realizar-se nos termos abaixo especificados.

### 2. Data, Hora e Local

Data	Hora	Local
12 de maio de 2026	09:30 horas	Sala de Audiências da Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa – Edifício do Palácio da Justiça, Rua da Prata, n.º 5, 1100-420 Lisboa

### 3. Finalidade da Audiência

A audiência tem por finalidade a **instrução e julgamento** do pedido de **modificação da regulação das responsabilidades parentais** relativo à menor Ana Sofia Pereira, de 8 (oito) anos, nos termos do melhor interesse da criança, nos seguintes pontos:

1. **Exame dos factos** relativos à mudança unilateral de residência do pai para a cidade do Porto;
2. **Avaliação do incumprimento** do regime de visitas previamente estabelecido;
3. **Análise das alegações** de instabilidade emocional da menor;
4. **Deliberação sobre a fixação** de novo regime de guarda e visitas supervisionadas.

### 4. Instruções de Comparecimento

1. **Presença obrigatória** das partes e dos seus mandatários.
2. Cada parte deverá **apresentar, no dia da audiência**, a documentação que considere relevante para a apreciação do pedido, designadamente:
  - Relatórios psicológicos ou psiquiátricos da menor;

- Provas de residência atual do réu (contrato de arrendamento, faturas de serviços);
  - Registos de comunicação entre as partes relativos ao regime de visitas.
3. Caso alguma das partes pretenda **ser representada por advogado** que não conste dos autos, deverá apresentar a respetiva procuração nos termos do artigo 21.º do CPC, até ao dia **5 de maio de 2026**.
4. O **não comparecimento** injustificado da parte autora ou do réu poderá acarretar a aplicação de **medidas coercitivas**, incluindo a **declaração de revelia** (art. 352.º CPC) e a **fixação de decisão** com base nas provas já constantes dos autos.

#### 5. Direitos e Deveres das Partes

- As partes têm o direito de **interrogar as testemunhas** que forem inquiridas, bem como de **produzir prova documental** e **solicitar perícia** adicional, caso seja necessário.
- As partes têm o dever de **manter conduta respeitosa** durante a audiência, abstendo-se de qualquer forma de intimidação ou perturbação do regular desenvolvimento da sessão.

#### 6. Comunicação de Alterações

Qualquer alteração de morada, número de telefone ou endereço de correio eletrónico deverá ser comunicada ao Tribunal, por escrito, até **10 dias** antes da data da audiência, sob pena de não ser considerada para efeitos de notificação.

#### 7. Conclusão

A presente notificação é feita em cumprimento da legislação processual aplicável e tem por objetivo garantir a **regularidade e eficácia** do processo, bem como salvaguardar o **interesse superior da menor** Ana Sofia Pereira.

Lisboa, 15 de março de 2026

---

**Juiz de Direito**

Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa

---

*Para efeitos de arquivo, a presente notificação será juntada aos autos sob o número 1234/2026.*